

**Organizadores:**

Antonio Jerfson Lins de Freitas

João Teófilo

Viviane Prado Bezerra

# Diálogos sobre a Ditadura

Série  
Território  
Científico

SER  
TÃO  
CULT



**Organizadores:**

Antonio Jerfson Lins de Freitas

João Teófilo

Viviane Prado Bezerra

# Diálogos sobre a Ditadura



Sobral-CE

2021



## Diálogos sobre a Ditadura

© 2021 copyright by Editora Sertãoocult  
Impresso no Brasil/Printed in Brasil



Rua Maria da Conceição P. de Azevedo, 1138  
Renato Parente - Sobral - CE  
(88) 3614.8748 / Celular (88) 9 9784.2222  
contato@editorasertaocult.com  
sertaocult@gmail.com  
www.editorasertaocult.com

### Coordenação Editorial e Projeto Gráfico

Marco Antonio Machado

### Coordenação do Conselho Editorial

Antonio Jerfson Lins de Freitas

### Conselho Editorial de História

Carlos Augusto Pereira dos Santos  
Francisco Dênis Melo  
Geranilde Costa e Silva  
Gilberto Gilvan Souza Oliveira  
Tito Barros Leal de Pontes Medeiros  
Valeria Aparecida Alves  
Raimundo Alves de Araújo  
Antonio Iramar Miranda Barros  
Camila Teixeira Amaral  
Telma Bessa Sales  
Juliana Magalhães Linhares  
Cicero João da Costa Filho  
Regina Celi Fonseca Raick  
Andréia Rodrigues de Andrade

### Revisão

Antonio Jerfson Lins de Freitas

### Diagramação

João Batista Rodrigues Neto

### Capa

João Batista Rodrigues Neto

### Catálogo

Leolgh Lima da Silva - CRB3/967

D536 Diálogos sobre a ditadura. / Antonio Jerfson Lins de Freitas,  
João Teófilo, Viviane Prado Bezerra. (Organizadores.). –  
Sobral, CE: Sertão Cult, 2021.

244p.

ISBN: 978-65-87429-89-2 - e-book - pdf

ISBN: 978-65-87429-90-8 - papel

Doi: 10.35260/87429892-2021

1. Ditadura- Brasil. 2. Fontes históricas. 3. História-  
Passado. 4. Pesquisa histórica. I. Freitas, Antonio  
Jerfson Lins de. II. Teófilo, João. III. Bezerra,  
Viviane Prado. IV. Título.

CDD 981.063  
907.2



Este e-book está licenciado por Creative Commons

Atribuição-Não-Comercial-Sem Derivadas 4.0 Internacional

# Organizadores

## **Antonio Jerfson Lins de Freitas**

Graduado em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Universidade Federal do Ceará - UFC (2007) e em História - Licenciatura Plena pela Universidade Estadual do Ceará - UECE (2004). Técnico em telecomunicações pelo Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará (CEFET-CE, atual IFCE). Especialista em Docência do Ensino Superior. Mestre em Geografia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA (2019). Está vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas de História Oral do curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA. Cursa segunda licenciatura em Geografia pela Faculdade Estácio do Ceará. Atualmente coordena o conselho editorial da Editora SertãoCult.

## **João Teófilo**

Mestre em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e doutorando em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), onde também atua como pesquisador do Laboratório de História do Tempo Presente (LHTP). Foi pesquisador do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da FGV-SP. Suas pesquisas concentram-se em questões relacionadas ao golpe de 1964 e à ditadura militar, abordando temas como cultura política, imprensa, memória e Justiça de Transição. Foi um dos organizadores da coletânea “A ditadura civil- militar em Sobral: aliança, ‘subversão’ e repressão” (2017) e é autor do livro “Nem tudo era censura: imprensa, Ceará e ditadura militar” (2019).

## **Viviane Prado Bezerra**

Professora Assistente do Curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA. Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense (Dinter UFF/URCA). Mestra em História Social pela Universidade Federal do Ceará - UFC. Graduada em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA. Está vinculada ao Grupo de Estudos e Pesquisas de História Oral do curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA, atuando nos campos de pesquisa de História Social, com ênfase em Movimentos Sociais, Camponeses, História das Mulheres, História Oral e História da Educação.

## Os entrevistadores

**Alexander da Silva Braz** é graduado em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), mestrando em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e integra, também, o Programa de Pós-Graduação Lato Sensu em Política e Sociedade pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).

**Ana Marília Carneiro** é pós-doutoranda em História pelo programa CAPES Print/UFMG. É doutora e mestre em História pela UFMG e pesquisadora do Laboratório de História do Tempo Presente da UFMG (LHTP/UFMG) e da HuManas: pesquisadoras em rede.

**Carolina Maria Abreu Maciel** é doutoranda em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC), onde pesquisa a formação da Juventude integrante da Pastoral da Juventude do Meio Popular, entre as décadas de 1980 e 1990. É licenciada em história pela mesma instituição e mestre pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Entre os anos de 2010 a 2012 estagiou na Associação 64/68 - Anistia. Desde 2012 é pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas História e Documento: Reflexões sobre fontes históricas - GEPHD. Em 2019, passou a integrar o Grupo de Estudos e pesquisas de História e Gênero. Entre os anos de 2013 e 2014 foi membro da Comissão Interinstitucional da Verdade das Universidades Públicas UFC/UECE.

**Edilberto Florêncio dos Santos** é Mestre em História e Culturas pela Universidade Estadual do Ceará-UECE. Especialista em Ensino de História do Ceará e em Gestão Cultural Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA. Professor Efetivo da Rede Municipal de Educação de Sobral-CE e professor substituto do Curso de História da UVA. É Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Patrimônio e Memória da Universidade Federal do Ceará-UFC e do Grupo de Estudo e Pesquisa História, Cidades e outras Artes-UVA.

**Gilberto Gilvan Souza Oliveira** é doutorando em História Social (PPGH-UFC), é mestre e graduado em História pela Universidade Federal do Ceará. Atuou como educador no núcleo educativo do Museu do Ceará (2013-2014). Atualmente é professor temporário do curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú (Sobral/CE) e desenvolve pesquisas em torno da história do livro, da leitura e da produção editorial.

**José Valdenir Rabelo Filho** é Mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil, atuando principalmente nos seguintes temas: regimes autoritários, memória, história oral e ensino de história.

**Jucelio Regis da Costa** é graduado em História pela Universidade Estadual do Ceará (2010). Mestre em História pela Universidade Federal do Ceará - UFC (2015). Doutorando em História, vinculado à linha de pesquisa Relações de Poder, Linguagem e História Intelectual, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ. Docente da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos - FAFIDAM, campus da Universidade Estadual do Ceará - UECE, na cidade de Limoeiro do Norte, no setor Metodologias de Ensino de História e Geografia, História da Educação Geral e Brasileira; Legislação e Organização da Educação Brasileira. Atuou como professor formador e tutor no Curso de História na modalidade EaD, pela UECE. Desenvolve estudos sobre imprensa, ditadura civil-militar e sociedade; História e Memória da Ditadura Brasileira. Atualmente leciona no setor de ensino de História e Geografia, em Iguatu-CE, na FECLI/UECE.

**Lucas Pedretti Lima** é doutorando em Sociologia no Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP/UERJ). Mestre em História Social da Cultura (2018) e graduado em História (2015) pela PUC-Rio. Integra o Núcleo de Memória e Direitos Humanos do Colégio Brasileiro de Altos Estudos (CBAE/UFRJ). Foi pesquisador do Instituto de Estudos de Religião (ISER). Foi estagiário da Comissão Estadual da Verdade do Rio, sendo efetivado como assessor em julho de 2015. Foi assessor da Coordenadoria Estadual por Memória e Verdade de janeiro de 2016 a agosto de 2017. Colaborou com o projeto de pesquisa “Políticas Públicas de Memória para o Estado do Rio de Janeiro: pesquisas e ferramentas para a não-repetição”, do Núcleo de Direitos Humanos da PUC-Rio.



**Marina Mesquita Camisasca** é doutoranda em História e Culturas Políticas pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) com mestrado (2009) e graduação (2005) na mesma instituição. É pesquisadora do Núcleo de História Oral (NHO) e do Laboratório de História do Tempo Presente (LHTP), ambos da UFMG. Possui experiência em história institucional e empresarial trabalhando na redação e editoração de livros, organização de arquivos, centros de memória e exposições. Realiza pesquisa na área de História Agrária, História do Brasil Republicano e História da Ditadura Militar.

**Rafael Júnior dos Santos** é graduado em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (2016), mestre em História Social pela Universidade Federal do Ceará (2019). Atualmente é professor efetivo da Rede Municipal de Sobral. Participou do Programa de Educação Tutorial-PET (MEC/SeSu) de 2013 a 2016. Pesquisador do Grupo de Pesquisa História e Cultura Política, da Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA. Participa do Grupo de Pesquisa História e documentos: reflexões sobre fontes históricas, da Universidade Federal do Ceará-UFC. Tem experiência de pesquisa na área de História, com ênfase em História do Brasil República, atuando principalmente nos seguintes temas: cultura política, memória, discurso, Ditadura.

**Telma Bessa Sales** é graduada em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1997), com mestrado (2000) e doutorado (2006) em História pela mesma instituição e pós doutorado na Universidade de Évora - Portugal (2015). Tem experiência na área de História, com ênfase em História Social, atuando principalmente nos seguintes temas: Brasil, experiências sociais, memória, cultura, história oral e reestruturação produtiva. Fez estágio na Universidade La Sapienza (Roma) sob orientação do professor Alessandro Portelli. É membro do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios no Ceará (ICOMOS-CE) e professora adjunta do curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) desde 2011, onde é líder do Grupo de Pesquisa de História Oral.

**Vera Lúcia Silva** é doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e tem mestrado em História pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). É bolsista da Fundação do Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Publicou, junta a Ana Selma Silva de Aguiar, o livro “Um oásis dos menos favorecidos da sorte”: a experiência do Serviço de Promoção Humana (SPH), Camocim-CE, 1962-1979.



## Prefácio

Nas duas últimas décadas, aumentou consideravelmente o número de pesquisas sobre o período autoritário de duas décadas iniciado como o Golpe de 1964, no qual os militares estiveram no centro e no controle do poder político no Brasil. Além desse crescimento, houve um notável alargamento do conjunto de temas investigados. Novas abordagens, novos objetos e novos problemas somaram-se aos trabalhos mais antigos, marcados principalmente pela busca de se compreender a dinâmica política do período. Em particular, destaca-se a preocupação em integrar uma dimensão cultural ao acervo anterior de pesquisas.

Falta ainda, contudo, refletir mais sobre esse conjunto de estudos, num exercício de auto reflexividade da parte da própria comunidade de pesquisadores. Este livro vem, em boa hora, contribuir para reduzir esse déficit. Destaco três de suas qualidades. Uma, de não restringir a seleção dos entrevistados a pesquisadores do triângulo Rio – São Paulo – Belo Horizonte. Outra, a de incluir pessoas de diferentes gerações acadêmicas. Finalmente, o foco nas trajetórias de pesquisa dos entrevistados, com suas opções, apostas e acasos.

Aparecem, ao longo das entrevistas, importantes reflexões sobre diferentes dimensões desse conjunto de experiências de pesquisa. Elas vão desde a natureza das fontes disponíveis, incluindo questões relacionadas ao seu acesso, até discussões mais gerais sobre conceitos utilizados na análise, passando pelas configurações mutáveis da memória sobre o período. Ganham também destaque, nas entrevistas, os desafios de se fazer uma história tanto do “tempo presente” quanto uma “história pública”, imersas nos debates contemporâneos. Tudo isso, num terreno minado pela

“pós-verdade”, pelas *fake news*, por negacionismos de várias ordens e pela dinâmica vertiginosa das redes sociais.

Mais do que a narrativa de produtos acabados de diferentes pesquisas, que aparecem melhor em livros e artigos acadêmicos, pode-se nessas entrevistas acompanhar o processo de “artesanato intelectual” em ação, de que fala Wright Mills. Nesse sentido, o livro certamente servirá de inspiração a jovens pesquisadores que se dedicam (ou que se dedicarão) ao tema.

*Celso Castro*

**Professor, FGV CPDOC**

## A série Território Científico

O ato da escrita é um ato solitário, mas antes dele se concretizar, o autor precisa colecionar experiências, conhecimento, compartilhar ideias, trocar vivências com outras pessoas, ouvir novas histórias, enfim, ser impactado pelo convívio social, por aquilo que só é possível ser construído coletivamente.

E é exatamente a capacidade de nos conectarmos fisicamente que, embora já viesse sofrendo declínio nos últimos anos, foi mais afetada pelo atual cenário de pandemia no qual estamos inseridos. A Covid-19, além de uma ameaça real à vida das pessoas, levou ao extremo o processo de distanciamento que já experimentávamos. Ficar longe deixou de ser apenas um reflexo da rotina acelerada destas primeiras décadas do novo milênio. Graças ao vírus, tornou-se questão de sobrevivência.

O isolamento atingiu todos os aspectos da vida humana, e a produção do conhecimento científico não foi menos afetada, ainda mais em um país no qual atualmente essa produção já vinha sendo alvo de constantes ataques e aqueles que se dedicam a ela são encarados quase como inimigos do Estado. Nesse cenário, torna-se mais do que pertinente, mas necessário que todos aqueles que acreditam na educação, na ciência, no conhecimento se unam e abracem projetos que busquem aproximar essa produção e o público em geral.

Assim nasceu o *Território Científico*, uma iniciativa que visa não apenas aproximar renomados pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento entre si, mas possibilitar que compartilhem suas trajetórias, dificuldades e experiências com aqueles que escolherem seguir seus passos.

Com isso em mente, a *Editora SertãoCult* apresentou aos membros de seu conselho editorial a proposta de juntos promovermos uma série de

diálogos com pesquisadores que são referência em suas áreas de atuação, nos quais fazem um pequeno apanhado de suas trajetórias. Cada conjunto de diálogos ao final são transcritos e editados, compondo livros distribuídos gratuitamente no formato digital e oferecidos à venda em formato físico.

A série tem início com este volume, dedicado a um tema tão relevante, especialmente em nossa atual conjuntura político-social: a ditadura civil-militar. Nessa perspectiva, onze grandes historiadores que se dedicam a esta temática nos honraram ao aceitar contribuir com este projeto, dialogando com outros historiadores igualmente talentosos, nos brindando, nas próximas páginas, com uma verdadeira aula de como pesquisar um período tão sensível da história brasileira.

Não poderíamos estar mais orgulhosos do resultado deste esforço conjunto, que nos estimula a seguirmos empenhados em nossa defesa incondicional da ciência.

Obrigado a todos que ajudaram neste primeiro passo da *Série Território Científico*!

Que venham os próximos volumes!

*Antonio Jerfson Lins de Freitas*

*Marco Antonio Machado*

**Coordenadores da Série Território Científico**

## Apresentação

A temática da ditadura militar brasileira passou por importante expansão nos últimos anos em relação às pesquisas desenvolvidas. É certo que por longo tempo ficou restrita a outras áreas, como a sociologia e a ciência política, e apenas posteriormente os historiadores resolveram tomá-lo como objeto de estudo. Há algumas razões para isso, dentre as quais destacamos certa resistência na área de história em pesquisar temas próximos a nós no tempo, além da dificuldade de acesso às fontes. Atualmente, esse cenário é diferente: a história do tempo presente/história recente é uma área em expansão no Brasil e muitos fundos documentais ligados ao Estado repressivo, por exemplo, estão acessíveis aos pesquisadores, alguns dos quais ainda pouco explorados.

Iniciar uma nova pesquisa representa grande desafio, sobretudo para aqueles iniciantes que, ao final de seus cursos de graduação, precisam encontrar um tema/objeto que venha a se transformar em suas monografias, em seus trabalhos de conclusão de curso. Logo, muitas são as dúvidas e inseguranças. Saber por onde começar é uma questão difícil; após começar, as dúvidas continuam ao longo da pesquisa. É algo intrínseco ao processo e, claro, também faz parte da vida de pesquisadores mais experientes.

O contato com a obra de historiadores e historiadoras que pesquisam ditadura nos põe diante de um universo complexo que ainda tem muito para ser estudado, apesar dos avanços recentes. Ocorre que nem sempre o percurso de pesquisa está visível nesses trabalhos. E mais: as questões que antecedem a produção desses estudos, mas também que acompanham a escrita, nem sempre estão perceptíveis. A menos que conversemos com essas pessoas, ficará difícil saber detalhes do que poderíamos chamar de bastidores da pesquisa ou *behind the scenes*.

Este trabalho que agora apresentamos, através de entrevistas com historiadores e historiadoras, traz vários elementos desses bastidores e nos põe em contato com seres humanos, de carne e osso, que tiveram suas inquietações, dúvidas, mostrando que seus caminhos quase nunca são lineares. Eles nos põem em contato também com seus processos de formação e com as questões que permearam suas principais pesquisas. Trata-se de material de grande utilidade, que poderá servir de inspiração, de guia, para aqueles que desejam iniciar na área ou melhor conhecer suas especificidades.

Na escolha dos convidados, preocupou-nos não apenas selecionar pesquisadores com trajetórias e formações diferenciadas - de modo a incorporar ao trabalho experiências que, fugindo dos meios tradicionais de atuação, contemplam o uso de novas ferramentas para a produção e divulgação do conhecimento histórico, a exemplo da Internet. Mas, buscamos diversificar, dentro das possibilidades, seus lugares de atuação, contemplando profissionais de outras regiões do país que não apenas o Sudeste. Além disso, e não menos importante, buscamos elaborar um trabalho equilibrado do ponto de vista de gênero, pois sabemos das invisibilidades que também estão presentes no mundo acadêmico, nem sempre dando a devida atenção que merece ter as pesquisas feitas por mulheres.

Juntou-se a nós nesta empreitada um time de entrevistadores cuja escolha também se pautou pelas questões anteriormente colocadas. Conhecedor dos trabalhos e trajetórias de seus entrevistados, esse time contemplou nas perguntas questões essenciais que ajudam a evidenciar os propósitos deste projeto, abordando temas de pesquisa, mas também trajetórias, uma vez que essas duas dimensões guardam entre si grande proximidade, havendo, em alguns casos, uma mútua influência. Noutras palavras, entrevistadores e entrevistados trilharam um caminho que mostra ao leitor que as escolhas de temas e objetos de pesquisa também derivam de histórias de vida, sendo um processo permeado por subjetividades, por questões pessoais.

Diante do contexto de produção deste livro, marcado por discursos que buscam negar ou relativizar a ditadura militar, entendemos que o conhecimento histórico é importante antídoto. Esperamos, pois, que nosso esforço possa servir de inspiração para trazer para nosso campo de atuação novos nomes. E mais: que aqueles que tenham interesse no tema, mas sem ne-



cessariamente desejar ingressar na área, possam vislumbrar que a construção do conhecimento histórico é baseada em método, em erudição, em consulta a fontes, em crítica documental. O historiador trilha com seriedade um longo caminho até chegar às suas conclusões. Pode parecer óbvio, mas não custa reforçar: história não é opinião.

Ao encerrar esta apresentação, não poderíamos deixar de agradecer a todos aqueles que tornaram este projeto possível, em especial nossas entrevistadoras, entrevistadores, entrevistadas e entrevistados, e à Editora SertãoCult, que fez o convite e nos confiou a importante missão de tornar real algo dessa magnitude.

*Jerfson Lins*

*João Teófilo*

*Viviane Prado Bezerra*

**Organizadores**



# Sumário

<b>Ana Rita Fonteles Duarte.....</b>	<b>18</b>	Doi: 10.35260/87429892p.18-37.2021
<b>Carlos Fico.....</b>	<b>38</b>	Doi: 10.35260/87429892p.38-57.2021
<b>Caroline Bauer.....</b>	<b>58</b>	Doi: 10.35260/87429892p.58-80.2021
<b>Aírton de Farias.....</b>	<b>82</b>	Doi: 10.35260/87429892p.81-102.2021
<b>Edvanir Maia da Silveira.....</b>	<b>104</b>	Doi: 10.35260/87429892p.104-126.2021
<b>Marcos Napolitano.....</b>	<b>128</b>	Doi: 10.35260/87429892p.128-142.2021
<b>Samantha Viz Quadrat.....</b>	<b>144</b>	Doi: 10.35260/87429892p.144-165.2021
<b>Paulo César Gomes.....</b>	<b>166</b>	Doi: 10.35260/87429892p.166-181.2021
<b>Sônia Maria de Meneses Silva.....</b>	<b>182</b>	Doi: 10.35260/87429892p.182-202.2021
<b>Rodrigo Patto Sá Motta.....</b>	<b>204</b>	Doi: 10.35260/87429892p.204-223.2021
<b>Valéria Aparecida Alves.....</b>	<b>224</b>	Doi: 10.35260/87429892p.224-242.2021



**Sônia Maria de Meneses Silva** tem pós-doutorado pela Universidade de São Paulo (USP), doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). É professora adjunta da Universidade Regional do Cariri (URCA). Tem publicado os livros: *História, memória e direitos*, *Operação Midiográfica: o Golpe de 1964 e a Folha de São Paulo* e organizou, juntamente com Juniele Rabelo de Almeida, *História Pública em debate: patrimônio, educação e mediações do passado*.

Jucélio Regis da Costa  
Vera Lúcia Silva

## Sônia M. de Meneses Silva

*O Golpe de 1964 é um acontecimento exemplar que pode nos dizer muito sobre o que é a sociedade brasileira, sobre como nós elaboramos questões em torno da memória e do esquecimento, sobre os usos do passado e a maneira como os vários grupos sociais ressignificam esse episódio em termos políticos, identitários e até mesmo morais.*

**Território Científico (TC):** Professora, fale sobre sua experiência pessoal em seu campo de atuação, ou seja, sobre sua trajetória acadêmica.

**Sônia Meneses:** Minha trajetória de pesquisa nos últimos anos está intimamente relacionada ao meu papel como professora na universidade, as questões que emergem a partir da experiência em minhas disciplinas, mas também como historiadora que procura pensar as apropriações do passado como problema do presente. Eu sou professora de Teoria da História há 17 anos. Leciono as disciplinas de Teoria da História, Metodologia, Introdução aos Estudos Históricos, dentre outras, então, as reflexões que hoje realizo são marcadas por esse conjunto de experiências que refletem também as questões epistemológicas do campo, a exemplo das dos conceitos de *acontecimento, verdade, usos do passado no tempo presente, memórias públicas*, dentre outros temas. Dentro dessa trajetória, gostaria de destacar as minhas pesquisas, especialmente, a partir do doutorado, quando passei a investir sobre as relações entre a história e a mídia na produção de história, mas, mesmo antes, no mestrado, trabalhei

com imprensa do século XIX, no Ceará. Investiguei como a violência urbana da cidade começava a ser construída naquele cenário a partir das representações dos jornais que circulavam naquele momento. Embora os problemas teórico-metodológicos que eu iria trabalhar depois ainda não tivessem postos, eles já começavam a ser pontuados ali. A partir de minha tese de doutorado, defendida na UFF em 2011, tenho investido muito fortemente nessas pesquisas que tentam pensar questões do tempo presente. Então, de quinze anos para cá, posso dizer que minhas preocupações têm se situado nessa reflexão sobre os processos históricos no tempo presente, a forma como o passado, seus usos e a memória têm sido mobilizados no espaço público. Isso foi o objeto da minha tese e da minha pesquisa mais recente no pós-doutorado. Se eu fosse amarrar essa trajetória, eu diria que ela parte desses problemas que são do ensino universitário, do pensamento teórico-metodológico da História e as tentativas de investigação dos usos do passado no tempo presente.

**TC:** Gostaria que você falasse mais sobre a sua principal pesquisa.

**Sônia Meneses:** Ao situar esse conjunto de pesquisas que realizo nesses últimos anos, posso dizer que tento pensar e refletir sobre um problema geral: que é a *relação estabelecida entre meios de comunicação e as produções midiáticas e a História*. Então o que me mobiliza é pensar em que medida os meios de comunicação, a partir de um determinado momento, passaram a ser grandes vetores de produção de conteúdo, de sentidos históricos no tempo presente. Comecei esse processo de reflexão pelos anos de 2004, 2005, quando me coloquei uma questão inquietante ainda no doutorado: *a quem compete a fabricação dos acontecimentos e conhecimentos históricos no tempo presente?* Essa pergunta começou a ser respondida a partir do olhar sobre a produção advinda dos meios de comunicação. Então, percebi que não poderia responder aleatoriamente à questão. Era preciso encontrar um objeto muito mais marcado dentro da produção de conteúdos históricos e esse objeto foi a *ditadura militar*. Uma vez definido que iria estudar a ditadura militar, escolhi para fazer essa investigação um grupo de mídia, por sua relevância e expressão nacional do tratamento desse acontecimento, que foi o grupo *Folha*

de São Paulo. É uma investigação que vai de 1964 até 2009, mais ou menos, quarenta e cinco anos. E a partir daí, lancei uma série de interrogações do tipo: *como os meios de comunicação constroem acontecimentos, elaboram, produzem acontecimentos na cena pública? Ou seja, como eles escrevem esses acontecimentos na cena pública?* Nesse sentido, essa pesquisa me levou a identificar um processo que se daria em duas grandes etapas, que denominei de *operação midiográfica* – conceito que acabei construindo no processo de elaboração da tese. Em primeiro lugar, uma escritura do acontecimento na cena pública, ou seja, a produção de narrativas desses acontecimentos no exato momento em que eles estão acontecendo e, em segundo lugar, a produção de narrativa histórica de longo prazo que ajuda a monumentalizar esse evento. Recorrentemente, esses acontecimentos voltam como tema de matérias e reportagens. Então, defendi a tese de que os meios de comunicação tanto atuam na escritura de acontecimentos no instante imediato, como também num processo de monumentalização desse acontecimento no tempo. Nessa pesquisa, trabalhei também com todos os projetos editoriais do jornal, porque eu precisava saber como ele pensava os acontecimentos, com todo o material voltando para conteúdos históricos, como livros, encartes, material do site. Nesse sentido, há um grande investimento do grupo em livros, efemérides, vídeos e campanhas publicitárias... Por último, uma coisa que explorei já no final, que foi a participação dos leitores. Fiz isso analisando o Golpe de 1964, porque, a meu ver, esse acontecimento é uma peça chave para entendermos o tempo presente do Brasil.

O Golpe de 1964 é um acontecimento exemplar que pode nos dizer muito sobre o que é a sociedade brasileira, sobre como nós elaboramos questões em torno da memória e do esquecimento, sobre os usos do passado e a maneira como os vários grupos sociais ressignificam esse episódio em termos políticos, identitários e até mesmo morais. Há ainda uma disputa de memórias extremamente relevante nos últimos trinta anos sobre seus significados. Essa pesquisa me levou aos dois trabalhos que desenvolvo hoje, que é pensar agora, não só o papel da imprensa, mas como esses discursos se situam em outros tipos de mídia, que são as redes sociais. Assim, estou trabalhando

com a *internet*, com o *Facebook*, investigando os processos históricos e as construções de sentidos históricos a partir das redes sociais. Só para resumir, terminei o meu projeto de *pós-doutorado*, fazendo uma análise sobre como leitores de grandes jornais de circulação do Brasil e da Argentina, no caso, a *Folha de São Paulo* e o jornal *La Nación*, interagem com conteúdos ligados diretamente às ditaduras militares desses dois países. Foi um estudo comparativo em que tentei abordar o papel dos leitores e internautas nos processos de apropriação e ressignificação desse acontecimento na cena pública desses países. É um trabalho sobre a recepção de conteúdos históricos, mas é também uma investigação sobre os processos de memória e esquecimento em ambos os países. Na primeira parte da pesquisa, já concluída, investiguei o período de 2010 até 2018, e agora, a partir de um projeto aprovado do CNPq, estou fazendo uma investigação sobre a emergência do negacionismo na cena pública brasileira nos últimos trinta anos, porque percebi que os discursos sobre a ditadura militar começaram a avançar vertiginosamente para abordagens negacionistas.

**TC:** Qual a importância de seu objeto de pesquisa e metodologia adotada no campo da produção do conhecimento científico?

**Sônia Meneses:** Acredito que esses trabalhos que realizo, além de se situarem na discussão do tempo presente, também agregam o que a gente chama hoje de *Estudos de História Pública*. Esse conceito é relativamente novo, mas ganhou muita repercussão na última década, talvez nos últimos oito anos. São estudos que tentam investigar a produção de narrativas históricas na relação com o público e, ainda, como o público constrói no espaço público, em suas variadas dimensões, suas próprias narrativas históricas. Então, esse é o primeiro ponto que destaco como relevante, que é situar esse tipo de pesquisa a partir das demandas públicas de história. Dentro desses estudos, a investigação sobre as várias mídias se constituem um grande ramo de investigação. Não que a História Pública seja apenas pensada a partir das mídias, ela também aborda, por exemplo, as produções de grupos comunitários, comunidade de tradição oral, instituições etc. São os vários lugares que tomam para si o protagonismo de elaborar essas narrativas históricas em suas demandas e problemas. Mas há



também o papel dos historiadores como narradores públicos da história, essa função que atualmente ganha mais adeptos no Brasil. Essas pesquisas também se preocupam com os usos públicos do passado no espaço público. Como essas são questões muito recentes, é preciso construir novas metodologias porque lidamos com fontes novas que têm surgido numa velocidade espantosa e para as quais os historiadores e as historiadoras ainda não tinham construído percursos para o trabalho. Um exemplo disso são as redes sociais, os *vlogs*, *blogs*, *podcast* etc., materiais produzidos no universo virtual e que têm exigido do pesquisador a produção de novos caminhos.

Nesse sentido, a crítica histórica, mais do que nunca, continua válida, especialmente, para lidarmos com os rápidos processos de monumentalização das narrativas, as construções de mitos e discursos de verdade cada vez mais presentes no cotidiano. Então, acredito que os estudos que investem nessa dimensão da História Pública, além do desafio em si, de pensar essas narrativas, têm também essa necessidade de pensar a metodologia como problema de investigação. Outro grande desafio diz respeito a como nós, historiadores e historiadoras, iremos selecionar, em meio a essa projeção quase ilimitada de materiais que temos à disposição, aqueles que se prestarão à pesquisa histórica. É uma questão muito importante porque ela ressalta na produção acelerada de narrativas e produtos negacionistas, misturam-se, por assim dizer, no mesmo horizonte, registros do passado e a instantânea significação deles na cena pública. Assistimos a explosão de discursos negacionistas sobre os mais variados campos do conhecimento e a história, desde sempre, é um dos mais atingidos nesses ataques. Deste modo, é preciso se reafirmar a importância da produção do conhecimento de maneira sistematizada, nós não podemos abrir mão disso. Portanto, nós historiadores e historiadoras, temos que ter, agora mais do que nunca, esse *cuidado metodológico*, *o estabelecimento de protocolos de responsabilidade, da ética*. Os historiadores e historiadoras do tempo presente e da História Pública ainda têm um desafio maior porque as questões políticas invadem muito constantemente nossos objetos de pesquisa.

**TC:** O que aconselharia para um pesquisador iniciante dentro da abordagem da história pública, especialmente em relação aos meios de comunicação na construção de narrativas sobre o golpe de 1964?

**Sônia Meneses:** Uma das primeiras questões para o historiador ou a historiadora que esteja começando a pensar essas dimensões do público e a ditadura militar é estar atento(a) aos vários debates que têm emergido na cena pública dos últimos anos e que ganharam muito em complexidade e variedade. Por exemplo, houve um avanço nos estudos de gênero sobre o tema, sobre os resultados da comissão da verdade, questões étnicas e, além disso, a explosão do tema nas redes sociais. Então, esse tema está sendo muito discutido e, assim, é preciso estabelecermos *um recorte* sobre como você irá estabelecer essa pesquisa, sobre quais fontes, sobre quais problemas ou questões quer pensar esse acontecimento, que temporalidade. O espaço geográfico também é uma questão relevante para pensarmos o episódio para além do eixo Sudeste etc. Lembrando que uma reflexão sobre a ditadura militar requer que o estudante, o pesquisador tenha uma boa preparação sobre os vários aspectos desse acontecimento, porque temos uma produção muito rica sobre esse assunto. Em termos de apropriação pública, o assunto ganhou demandas de sentido renovadas nos últimos anos a partir das novas mídias e mesmo de grupos midiáticos que trouxeram a abordagem sobre o tema para o primeiro plano de suas produções. Vou dar um

**O Golpe de 1964 é um acontecimento exemplar que pode nos dizer muito sobre o que é a sociedade brasileira, sobre como nós elaboramos questões em torno da memória e do esquecimento, sobre os usos do passado e a maneira como os vários grupos sociais ressignificam esse episódio em termos políticos, identitários e até mesmo morais.**

exemplo: agora mesmo a Folha de São Paulo acabou de lançar um grande projeto editorial para discutir a ditadura militar, que envolve a produção de vários materiais, como *lives*, cursos *online*, textos etc. Só esse projeto que a Folha está realizando daria uma grande pesquisa de investigação de História Pública. Então, quem se coloca para pensar a problemática da ditadura militar, hoje, a partir des-

sa chave da História Pública, necessariamente, vai relacionar esse problema a esse conjunto de demandas políticas, mas também, a disputas de memórias, reconstruções desse passado que estamos assistindo.

Talvez, nunca se tenha produzido tanto material sobre a ditadura militar, tampouco tenha se debatido tanto no espaço público do Brasil, mas essa também tem sido uma produção muito acirrada pelas demandas políticas recentes, o que tem causado também um contexto bastante confuso sobre o tema. Por exemplo, temos a produção de vários grupos de direita que resolveram investir nessa narrativa, como é o caso do projeto *Brasil Paralelo*, que tem produzido uma narrativa de características negacionistas sobre o tema, uma espécie de ditadura abrandada. Mas gostaria de destacar que nem toda História Pública é uma história negacionista ou reacionária, mas temos muitas narrativas públicas que hoje têm assumido uma vertente negacionista. Quando você assiste àquele vídeo do *Brasil Paralelo*, ele não vai dizer que não houve uma ditadura militar, mas constrói seu argumento de maneira que o telespectador chegue à conclusão do seguinte: não havia outra possibilidade a não ser a instauração da ditadura no país, isso porque o “perigo vermelho” avançava pelo Brasil. A reedição do inimigo comunista como explicação do episódio é, mais uma vez, usada para sua justificativa. Então, esse também é um outro formato de negação, é uma negação que se constitui pelo abrandamento do acontecimento, por aquilo que se omite, pela manipulação de dados. Quando pensamos sobre essa grande seara de investigação pública que temos do passado, percebemos que, primeiro de tudo, tem um grande campo de pesquisas a ser percorrido. Embora já tenhamos muitas pesquisas sobre ditadura militar no Brasil, quando vamos fazer o apanhado de produções sobre esse tema, percebemos que, do começo dos anos 1990 para cá, há uma profusão advinda da academia, mas, mesmo essa produção, não dá conta dessas demandas que temos assistido nos últimos anos. Efetivamente, o Brasil discutiu muito pouco a ditadura em sua cena pública. Isso é um indício sobre a forma como a sociedade brasileira lidou com esse evento. Nós saímos de um regime ditatorial, no final dos anos 70, sem uma justiça de transição. Então, o país que não

**a crítica histórica, mais do que nunca, continua válida, especialmente, para lidarmos com os rápidos processos de monumentalização das narrativas, as construções de mitos e discursos de verdade cada vez mais presentes no cotidiano.**

condenou, não investigou crimes, não puniu torturadores, realmente, existe uma profunda quebra de compreensão desse passado que não possibilitou uma conexão clara com essas gerações do nosso tempo, especialmente, quando pensamos os últimos trinta anos. Talvez nós, historiadores e historiadoras, devamos pensar: “*o que fazer para superar essa desconexão*

*entre os efeitos daquele acontecimento, ditadura militar, e as gerações de hoje?”* Essa é uma questão também para o ensino de história e a própria maneira como esse conteúdo adentra no espaço escolar nas últimas décadas.

Em termos midiáticos, o primeiro grande produto de mídia produzido para a televisão aberta sobre o tema é da Rede Globo, em 1992, com a minissérie Anos Rebeldes. De 1992 para cá foram poucas as iniciativas para discutir o tema na cena pública brasileira. Grande parte dessa onda, dessa avalanche negacionista que estamos assistindo hoje é fruto dessa desconexão com o passado. O que percebemos é que no âmbito do espaço público brasileiro, principalmente nos últimos anos, a ditadura militar se tornou um acontecimento fundamental de disputa política. Tínhamos até o final do século XX uma grande disputa de memórias, mas essa estava, mais ou menos, situada entre militares, simpatizantes de militares, até grupos de extrema direita que defendiam que aquele acontecimento não havia sido ditadura, não havia sido golpe, e sim uma revolução, dentre outras formulações. Essa versão da História nunca deixou de existir e está presente desde 1964, quando os militares assumiram o poder e diziam que estavam fazendo a revolução. De outro lado, e de forma mais aceita, estrutura-se um conjunto de narrativas que se contrapuseram a esse discurso. Reivindicações que partiram das vítimas, mesmo antes do encerramento do ciclo ditatorial. Destaca-se, também, a produção acadêmica, do conhecimento sistematizado, de fontes históricas presentes em arquivos. Muito do que houve desse passado, efetivamente, não foi julgado.

Nós não realizamos essa justiça de transição, mas continuamos com a memória direta daqueles acontecimentos circulando fortemente entre nós. Quando nós adentramos no século XXI, essa disputa circunscrita a esses grupos se rompe e adentra o espaço público através dos intensos debates possibilitados pelos novos usos da Internet. A ditadura militar tornou-se um evento apropriado na teia digital. Por exemplo, o hoje presidente Jair Bolsonaro, então deputado federal, abriu sua página no *Facebook* em 2013, de lá para cá, dentre outros temas, esse canal reproduz uma série de argumentos que o político já vinha projetando ao longo de sua carreira, qual seja: da negação, do desprezo pelos registros históricos, desrespeito à memória dos mortos e desparecidos. Aí, temos um ponto de inflexão importante nas mudanças sobre a compreensão da ditadura na cena pública. No levantamento que realizei em páginas do *Facebook*, ligadas ao Jornal Folha de São Paulo, entre os anos de 2010 e 2013, havia uma compreensão entre grande parte dos internautas de que aquele acontecimento, realmente, foi uma ditadura e um acontecimento de graves prejuízos para a nossa democracia. A partir de 2013, essa curva começa a se movimentar em sentido inverso. É muito interessante porque é exatamente o momento em que o Brasil começa a entrar nesse processo de acirramento político e polarização. Nós temos aí uma década de mudanças extremamente significativas sobre as apropriações desse acontecimento e uma das chaves de interpretação é pensar como a sociedade o compreendia e como passou a compreendê-lo. Então, essas são algumas das chaves que acho que podemos pensar essa relação da ditadura militar também como um problema político dos usos do passado no tempo presente.

**TC:** Quais são as principais dificuldades enfrentadas para a produção do conhecimento no seu campo de atuação?

**Sônia Meneses:** Acredito que já até pontuei algumas delas, mas

**Talvez, nunca se tenha produzido tanto material sobre a ditadura militar, tampouco tenha se debatido tanto no espaço público do Brasil, mas essa também tem sido uma produção muito acirrada pelas demandas políticas recentes, o que tem causado também um contexto bastante confuso sobre o tema.**

vou reforçar o que considero mais complicado. A principal questão que, talvez, temos que pensar é que os estudos de tempo presente e os estudos que envolvem a História Pública requerem uma atenção da responsabilidade e da ética muito mais..., vamos dizer, vigorosa. Por que? Porque nós estamos lidando com conteúdos latentes da sociedade, estamos trabalhando processos desencadeados no “calor da hora”, não que o historiador seja jornalista, não é isso, mas nós estamos pensando processos em curso ao mesmo tempo em que estamos mergulhados neles. Quando nós realizamos estudos do tempo presente, fazemos parte diretamente do tempo que nós estamos investigando ou do que tentamos realizar essa reflexão. Não estou querendo dizer com isso que o historiador ou a historiadora deva ser neutro, de forma alguma, mas que nós temos que ter atenção máxima a esses processos a fim de minimizarmos nossas próprias projeções sobre o objeto. Daí a importância de estabelecermos uma metodologia muito clara, protocolos de organização da pesquisa, clareza quanto aos nossos resultados, o cuidado de sempre evitarmos as generalizações, um dos riscos constantes em estudos do tempo presente. Por exemplo, é muito tentador dizermos que hoje a sociedade brasileira é negacionista por sermos diretamente impactados pela profusão de notícias falsas, pelos embates em torno da autoridade de produção do conhecimento. Então, a primeira apreensão é sermos atingidos pela sensação ou impressão de algo, mas o trabalho de investigação histórica precisa ir além das sensações, isso pode até ser um bom indício, mas é fundamental transpor essa efemeridade que por vezes nos captura. O que significa uma atitude historiadora ética? É uma atitude que diga quais os caminhos que estão sendo percorridos, que seja absolutamente transparente sobre os usos das fontes, dos dados, das referências da pesquisa. Por que dizemos que os conteúdos negacionistas são conteúdos dos quais temos que desconfiar? Em grande medida é porque ele é recheado de omissões, suprime os dissensos e informações, trabalham muitas vezes apenas uma resposta para o problema como se fosse a única e essa resposta quase sempre é direcionada por uma posição política, mesmo que teimem em afirmar que não. Não sabemos como aquelas informações foram elaboradas, não temos clareza quanto aos

registros, sobre como os dados são utilizados. Há afirmações que não são sustentadas em pesquisa. Então, uma atitude historiadora ética é fundamental na pesquisa histórica porque apresenta os caminhos, discute os protocolos de pesquisa, isso estabelece a diferença entre a produção do conhecimento histórico e a opinião.

Outro desafio que considero como relevante é a divulgação. O trabalho de reflexão da História Pública, necessariamente, traz para dentro de si a ideia da divulgação. Porque, percebam, ao mesmo tempo em que nós investigamos essas demandas públicas, *é fundamental que o conhecimento volte para essa sociedade*, que consigamos construir estratégias de nos comunicarmos com ela. Isso vai demandar a apropriação de novas expertises, como metodologias de comunicação, adaptação de conteúdos a linguagens mais acessíveis ao grande público. Acho que o maior desafio, hoje, da História, independente dela ser pública, história social, cultural, do tema, do objeto, é o desafio de atingirmos mais pessoas com o nosso conhecimento. Como se combate negacionismo? Divulgando conteúdo sério, divulgando a produção que passou por um conjunto de protocolos, também assumindo um lugar importante na cena pública. Essa dimensão pública da História pede, necessariamente, a ação dos historiadores e das historiadoras nesse retorno ao público. O conhecimento histórico não pode mais ficar nas nossas gavetas. Tenho discutido muito isso, de todos os desafios que temos hoje, de enfrentar as narrativas negacionistas, de dizer que História não é opinião, que História é conhecimento, é construir estratégias de divulgação desse conhecimento, também utilizarmos dessas ferramentas que possibilitem que mais pessoas tenham acesso a essas produções. Temos que nos perguntar: *“quem vai ler isso?” “Quem vai saber disso?” “Esse conteúdo que estou produzindo se destina a quem?”* Além das perguntas que sempre nos fizemos:

**Grande parte dessa onda, dessa avalanche negacionista que estamos assistindo hoje é fruto dessa desconexão com o passado. O que percebemos é que no âmbito do espaço público brasileiro, principalmente nos últimos anos, a ditadura militar se tornou um acontecimento fundamental de disputa política.**

“qual o nosso problema, qual a nossa metodologia, qual a nossa teoria, temos que fazer outra, para quem estamos falando?” Se nós não fizermos essa pergunta, muitos outros farão, aliás, já estão fazendo. Precisamos trazer para dentro dos nossos cursos disciplinas que possibilitem os alunos, futuros professores, a trabalharem nessa dimensão da divulgação. Do mesmo jeito que fazemos, por exemplo, com as pedagógicas para saber como trabalhamos em sala de aula, com os estágios em instituições de pesquisa, laboratórios, centros de documentação, precisamos fazer também disciplinas que nos habilitem a montar um *podcast*, a trabalhar com essas tecnologias para divulgarmos a nossas questões. Para mim, esses são, atualmente, nossos maiores desafios.

**TC:** Quais são os limites e possibilidades de sua área de atuação como método, fonte e meio de comunicação acadêmico?

**Sônia Meneses:** Os limites dizem respeito àqueles de qualquer pesquisa histórica. Toda pesquisa está limitada aos processos de construção de registros, aos problemas, às demandas que temos a partir dos acontecimentos e processos que estudamos. Vejo poucos empecilhos na construção dessas pesquisas que trabalham com mídia, exceto, claro, esse cuidado ético, que mencionei há pouco, que sempre temos que ter com esses materiais, isso é uma dimensão importante. Tem-se aberto um grande caminho de investigação de temas, de novos objetos, diria até que, talvez, nós estamos vivendo um outro processo de inflexão e mudança histórica muito importante. Estamos vivendo um processo de mudança, que nenhum de nós é capaz ainda de dizer, efetivamente, onde ele vai dar, porque nós estamos vivendo isso, mas algumas coisas já se apontam no horizonte, como, por exemplo, a quantidade de produtos que têm surgido da ação de historiadoras e historiadores jogados nesses meios de comunicação. Temos *podcasts*, *lives*, vídeos, canais do *Youtube*, *sites*, *blogs*.

**TC:** A conjuntura política que vivenciamos no Brasil, com um governo de postura antidemocrática, que ataca à ciência e tem reduzido exponencialmente as verbas para a educação e a saúde, que incita movimentos contra a democracia, de defesa do AI-5, de pedidos de fechamento do STF mostram que parcela considerável da população



desconhece ou não tem o interesse em conhecer o que foi a ditadura de 1964-1985. Nesse sentido, que caminhos percorrer para que as pesquisas e estudos produzidos pela história ultrapassem os muros escolares e acadêmicos e atinjam um público mais amplo?

**Sônia Meneses:** Como eu disse no começo, o conhecimento sobre a ditadura militar no Brasil é uma apropriação muito fragmentada. O tema não foi satisfatoriamente discutido no espaço escolar. Não podemos esquecer, por exemplo, que o tema é ministrado, geralmente, no último ano de ensino médio e no 9º ano. Então, é um conteúdo que, às vezes, o professor sequer consegue abordar. Isso é um dado da realidade, embora nos últimos anos tenha havido um esforço muito grande por parte dos professores e professoras em conta disso, é o que temos percebido, por exemplo, nos relatos de docentes que participam do ProfHistória<sup>1</sup>. De outro lado, além dessa dificuldade pedagógica, temos a maneira como a sociedade brasileira lidou com esse acontecimento, na forma como o nosso passado não foi enfrentado qualitativamente, talvez pelo fato de nós termos saído de um regime ditatorial, com a Lei da Anistia que impediu punições, que acabou produzindo impunidade sobre crimes que nunca foram investigados, de corpos que nunca foram sepultados ou que são apenas uma preocupação das famílias das vítimas. Além disso, temos uma sociedade culturalmente muito marcada pelo autoritarismo. Há uma tendência a minimizar violências públicas, violências policiais, violências raciais que também acabam sendo o resultado desse processo de não punição. Quando vamos observar, a ditadura militar é um acontecimento de sentido que se espalha sobre vários elementos da nossa sociedade, como autoritarismo, a impunidade, o desrespeito às instituições estabelecidas, o desrespeito ao sistema democrático. Por isso que falei no começo que podemos pensar a ditadura militar como esse acontecimento exemplar. E o que fazer para tornar esse acontecimento um objeto de apropriação mais relevante para a nossa sociedade? Isso passa por um processo de educação histórica muito mais efetivo, nós precisamos repensar a própria maneira como os conteúdos históricos são

---

1 Mestrado Profissional em Ensino de História desenvolvido na Universidade Regional do Cariri (URCA) que integra a Rede Nacional do Programa ProfHistória, reconhecido pela Capes, liderado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que tem como objetivo a formação continuada de professores de História que estejam atuando na educação básica (Ensino Fundamental e Médio).

dispostos nas matrizes curriculares. Tivemos uma discussão sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que não mudou quase nada nessa disposição de conteúdos, nessa disposição de reflexões sobre o Brasil mais aproximado da realidade dos alunos. Também temos a dificuldade no estabelecimento de políticas públicas, a exemplo do que foram as questões advindas da Comissão Nacional da Verdade. A nossa sociedade tem tanta dificuldade de lidar com esse acontecimento que a nossa comissão foi instaurada vinte e sete anos depois do encerramento. Ela só teve dois anos para cobrir de 1946 até 1988. Esse período histórico gigantesco, mesmo assim, trouxe muitos dados relevantes, como, por exemplo, o genocídio indígena que aconteceu na Amazônia, a localização de alguns corpos, o depoimento de alguns militares assumindo que houve tortura e, além disso, produziu muita documentação histórica a ser estudada, mas isso, praticamente, não chegou à sociedade em geral. Quase ninguém discutiu como problema.

Além disso, foi realçada uma série de questões sobre as torturas, porque muitos usam o argumento de dizer o seguinte: *“Ah, mas a ditadura brasileira matou pouco comparada à Argentina, comparada ao Chile”*. O que eles não dizem é que o Brasil foi o país que mais torturou pessoas, foi um grande projeto de tortura em massa. Estima-se que entre 8 e 15 mil pessoas tenham sido torturadas, muitas das quais

**Como se combate negacionismo? Divulgando conteúdo sério, divulgando a produção que passou por um conjunto de protocolos, também assumindo um lugar importante na cena pública. Essa dimensão pública da História pede, necessariamente, a ação dos historiadores e das historiadoras nesse retorno ao público. O conhecimento histórico não pode mais ficar nas nossas gavetas.**

nunca nem chegaram às denúncias e isso acabou se perdendo. Pessoas perderam direitos civis. Então, foi sim um regime extremamente violento. Quando pensamos, por exemplo, na descoberta do Cemitério de Perus, quando encontraram ali centenas de corpos que até hoje não foram identificados durante o governo Maluf. Temos muitos problemas para tratar sobre esse acontecimento. As respostas e as soluções não são fáceis para a nossa sociedade, mas os movimentos que podem ser reali-

zados são, justamente, alguns desses que comecei a falar. A História, enquanto campo do conhecimento, precisa se colocar de maneira contundente na cena pública. Isso, fazemos de várias formas, como na utilização dessas ferramentas de mídia que estão dispostas aí, a exemplo de iniciativas que já apresentaram bons frutos nessa relação, como o *Café História*, criado pelo historiador Bruno Leal, que faz um trabalho muito interessante de divulgação; o *História das ditaduras*, que é coordenado pelo Paulo César Gomes, é uma página que está na internet, tem muitos seguidores, que também tem um site para divulgação da produção de pesquisadores sobre o tema. Então, o que é isso? É uma atitude pública de historiador. Quer dizer, pegamos esses conteúdos que estão em nossas gavetas que foram objetos de teses, dos nossos livros que, às vezes, só tiveram 200, 300 exemplares e ampliamos isso para um público de milhares. Esse é um desafio fundamental, fazer com que esses conteúdos cheguem ao público a partir dessas várias estratégias que estão surgindo. Não é fácil, esse não vai ser um caminho fácil, mas esse é um caminho que estamos construindo agora, nesse tempo presente.

**TC:** Em relação à desvalorização da profissão do historiador – que teve recentemente sua regulamentação vetada pelo presidente da república, Jair Bolsonaro<sup>2</sup> – do conhecimento produzido pela História e do professor de História, qual a função do historiador e da historiadora no tempo presente, nessa configuração de negacionismo do Golpe de 1964 e da ditadura?

**Sônia Meneses:** O historiador e a historiadora têm uma função pública, mas também política no sentido de dizer que defender o conhecimento hoje é um ato político, pensando de maneira ampla. Numa arena de negação do conhecimento, de proliferação de conteúdos fraudulentos, deliberadamente feitos para enganar, difundir preconceitos, autoritarismos, o conhecimento tem que ser pensado como arma política, basta lembrarmos o que houve com o diretor no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), o físico Ricardo Galvão, perseguido

---

2 Após a realização desta entrevista, em 18 de agosto de 2020, foi publicada no Diário Oficial da União a Lei 14.038, de 2020, regulamentando a profissão de historiador. A regulamentação da profissão só foi possível porque o Congresso derrubou o veto total (VET 10/2020) ao projeto original (PLS 368/2019) no dia 12 do mesmo mês.

e exonerado por divulgar os dados do desmatamento na Amazônia negados pelo governo. Os dados são científicos, mas sua divulgação teve um peso político importantíssimo, uma marca de resistência. Não estou falando no sentido político partidário, não. É no sentido político das relações de poder, nos processos de resistências e de defesa de princípios democráticos, do debate, das referências públicas do conhecimento. Mais do que nunca, o historiador e a historiadora têm que assumir esse papel de mediador importante dentro da sociedade. Nós temos que nos colocar como divulgadores, mas não como “reis da História”, a História não nos pertence, a História é de todos, mas nós temos esse papel fundamental de mediação, de dizer assim: “*vamos pensar criticamente sobre isso que está sendo produzido por aí, sobre esses conteúdos, o que eles nos dizem, servem a quem? Como nós podemos respondê-los?*” Por muito tempo, os historiadores e historiadoras se retiraram da cena pública. Praticamente, nós não escutávamos opiniões de historiadores, escutávamos sociólogos, antropólogos etc., para falar sobre os problemas políticos, problemas sociais, problemas culturais. Então, era como se nós não pudéssemos dar opinião porque só falamos do passado. Mas aquilo que nós colocamos como problema no presente tem uma íntima relação com esse passado. Então, acredito que, mais do que nunca, estamos vivendo um momento de crise política, muito profunda, estamos vivendo um momento de negação do conhecimento e todas essas constatações nos levam a dizer o seguinte: o historiador tem que ganhar a rua. O conteúdo histórico, o conhecimento histórico não pode mais ficar relegado às paredes acadêmicas. A função principal do historiador, hoje, é estabelecer essa mediação da produção do conhecimento histórico, protocolado, ético com essa sociedade. A sociedade que nos cerca quer saber de história, ela precisa de história, a história é necessária. Hoje, as produções que evocam temporalidades distintas, que trazem temas de outras temporalidades, têm uma grande audiência. Estava mencionando ontem, numa fala sobre ensino de História, o projeto, milionário, que a Rede Globo fez no final de 90 para o início de 2000, sobre as efemérides dos 500 anos do descobrimento do Brasil. Aquilo ali foi um projeto de milhões e que significa dizer que a sociedade é mobilizada por esses temas, que ela consome história, mas nosso

interesse não é meramente do consumo mercadológico. Nossa compreensão do consumo caminha muito mais pela ideia de um consumo cultural. O valor desses conteúdos na medida em que eles são capazes de mobilizar memórias, posicionamentos, identidades.

**TC:** Fale sobre as possibilidades e limites em torno das escolhas temáticas e institucionais para a pesquisa acadêmica.

**Sônia Meneses:** De fato, entramos em outra seara, que é dessa relação dentro do campo. A primeira pergunta é qual o cenário de investigação histórica no Brasil hoje? O que as nossas academias estão trabalhando? Atualmente, podemos dizer que o cenário do Brasil é muito mais diverso do que era há vinte anos, quando entrei no mestrado. Para vocês terem uma ideia, quando passei para o doutorado em 2007, na UFF, aqui no Ceará ainda não tinha o curso de doutorado. O curso da Universidade Federal do Ceará (UFC) foi a primeira pós-graduação *stricto sensu* feita, inicialmente, em parceria com a UFRJ e a primeira turma é de 98. Até meados de 2006 ou 2007, o cenário dentro do campo historiográfico brasileiro ainda tinha uma predominância de abordagens no campo da História Social e, aí sim, é um grande campo de investigação, não apenas uma abordagem, é um grande campo que congrega várias abordagens. Uma grande parte dos estudos, dos cursos de pós-graduação do Brasil traziam essa marca da história social. A partir do Sudeste, tivemos o processo de disseminação das pós-graduações no Brasil. Isso é bom e ruim ao mesmo tempo, porque durante muito tempo nós ficamos submetidos a essa centralidade do Sudeste. Então, quem queria fazer o mestrado e o doutorado, por muito tempo, tinha que ir, sobretudo, para o Rio de Janeiro ou para São Paulo. Não por um acaso, há toda uma geração de historiadores e historiadoras formada nos cursos de pós-graduação de São Paulo e do Rio de Janeiro. A Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) formou muita gente do Ceará. Teve outro grupo muito importante que foi para a UFRJ; outro, que foi para a Unicamp.

Hoje, a situação está muito mais interessante, porque, por exemplo, quase todos os estados do Nordeste têm pelo menos um mestrado em história, além de centros muito relevantes. Temos cursos de História Cultural, como na Paraíba, na própria Unicamp; de História Pública, que abriu recentemente no Paraná; cursos de História Regional, de

História e Espacialidades em Natal; História Social dos Sertões em Caicó, Rio Grande do Norte, apenas para mencionar alguns. Há uma diversidade muito maior. Os alunos que estão se formando hoje têm essa possibilidade de variedade de abordagens e temas. Quando você vai fazer um projeto de mestrado, uma pesquisa de doutorado, tem que ter essa racionalidade do campo também. Isso é o limite muito concreto: as adequações das pesquisas às áreas de concentração. Nesse sentido, “A operação historiográfica” de Michel de Certeau<sup>3</sup> continua a nos ensinar muito. Nós ainda vivemos nessa “liberdade condicionada”, como diria o autor; somos livres, mas nem tanto. Para quem está começando agora, “*Ah, eu quero fazer um projeto de História Pública, de tempo presente*”, é muito importante, por exemplo, que o candidato, candidata conheça as linhas dos programas para os quais vai concorrer.

**TC:** Quais perspectivas futuras você apontaria em sua área de atuação?

**Sônia Meneses:** Os caminhos da História Pública estão abertos e eu diria que estamos apenas no começo da exploração de suas várias possibilidades. Isso que chamamos de história pública, hoje, emergiu junto às mudanças sociais, culturais e, sobretudo comunicacionais, que assistimos nas últimas duas décadas. É, portanto, uma abordagem que foi demandada pelos desafios de nosso tempo. Congrega muitos elementos que já estavam aí, mas se propõem a avançar mais, especialmente sobre os desafios da divulgação histórica, do letramento histórico, das dimensões públicas do ensino, dos desafios da recepção, apropriação e consumo de conteúdos históricos, nas narrativas de coletividades etc. A História Pública e os estudos do tempo presente se

**O historiador e a historiadora têm uma função pública, mas também política no sentido de dizer que defender o conhecimento hoje é um ato político, pensando de maneira ampla.**

tornaram uma chave de compreensão desse momento histórico que estamos vivendo. Então, podemos dizer que, nesse sentido, a produção desse conhecimento histórico, situado nessas temáticas, tem dialogado muito diretamente com es-

3 CERTEAU, Michel de. A Operação Historiográfica. In: CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

sas demandas públicas. Isso não significa dizer que estamos fazendo um trabalho jornalístico ou sociológico, embora eu ache que nós não devemos ter medo de dialogar nem avançar para o debate franco com esses vários campos. Eu penso as fronteiras de maneira mais fluidas e colaborativas. Quanto mais nós dialogarmos com outras disciplinas; quanto mais pudermos experimentar novas metodologias e até outros olhares sobre nossos objetos, mais rica será nossa produção. Sempre costumo dizer que todos os temas são possibilidades de investigação histórica, desde que você lembre só de um elemento fundamental: o tempo. Particpei de uma banca de doutorado que trabalhava com *blogs* de moda. Até para mim foi uma temática muito nova, mesmo que eu já trabalhe internet, mas nunca tinha lido um trabalho que tivesse essa coragem de avançar para além de nossos problemas e agregar os de outros. Alguns poderiam perguntar, e eu já passei por isso algumas vezes, “*esse trabalho é de História?*” Mas é claro que é, porque ela estudou um fenômeno que é histórico, também, essa relação que os sujeitos, as mulheres e os homens, têm com a moda, com o corpo, com o vestir. Os estudos sobre tempo presente, sobre História Pública, a dimensão do tempo sempre tem que perpassar toda a investigação, não importa se você está trabalhando com *internet*, um jornal, a televisão, um grupo comunitário, mas o entendimento de um processo temporal, sempre tem que está marcado. A única questão que é basilar e que nós não podemos abrir mão é a reflexão dos objetos históricos na dimensão temporal.

Queria dizer só uma última coisa, pensando nos alunos que ainda estão aqui, tem uma coisa fundamental, é a relação de História e o prazer da pesquisa. Eu, particularmente, sou uma pessoa que tenho muito prazer naquilo que faço. Então, para mim, não é sofrimento, a pesquisa histórica é uma relação de prazer, de descoberta, que instiga a curiosidade, que me estimu-

**Quanto mais nós dialogarmos com outras disciplinas; quanto mais pudermos experimentar novas metodologias e até outros olhares sobre nossos objetos, mais rica será nossa produção. Sempre costumo dizer que todos os temas são possibilidades de investigação histórica, desde que você lembre só de um elemento fundamental: o tempo.**

la a pensar questões. Sempre bato muito nessa tecla de dizer que a pesquisa histórica deve ser também uma relação de prazer, de gostar. Então, é muito importante que vocês procurem nessa investigação, além dessas demandas que são necessárias, temas que também os impulsionem cada vez mais para frente, a pensar essas questões, a contribuir e ver a pesquisa histórica dentro dessa dimensão do papel político e público do historiador. Acho que nós precisamos, mais do que em qualquer outro momento, voltarmo-nos para essa ideia do nosso papel público, defender a História, defender o conhecimento, defender o direito que as pessoas têm de ter uma reflexão balizada sobre o seu passado, uma reflexão que possibilite mudar o seu presente, porque pensamos que estudamos História para ver esses processos do passado. Não, a História, fundamentalmente, é um processo de autoconhecimento e mudança. Por muito tempo, nós tivemos muito medo de que o conhecimento histórico fosse usado nas ruas. Ele tem que ser usado, ele tem que ser refletido, agora, esse conhecimento histórico que procuramos construir a partir desses balizadores, dessas metodologias, desse ir e vir no tempo.

**A História, fundamentalmente,  
é um processo de autoconhe-  
cimento e mudança.**





Este livro foi composto em fonte Swis721 Cn BT,  
em e-book formato pdf, com 244 páginas  
Março de 2021

**Saiba como adquirir o livro  
completo no site da SertãoCult**

[www.editorasertaocult.com](http://www.editorasertaocult.com)

Editora

**SER  
TÃO  
CULT**

Série  
Território  
Científico



Em 2021, 57 anos nos separam do início de um dos períodos mais sombrios da História brasileira. Apesar de mais de meio século ter se passado, nunca a ditadura civil militar esteve tão presente em nossas vidas, com a nova ascensão de uma ideologia política que apela para o extremismo nos moldes fascistas. Parece anacronismo, mas não há termo melhor para definir um grupo político que defende posicionamentos contrários à democracia, aos direitos básicos dos cidadãos, à existência de minorias, segundo o qual deve “se curvar ante a maioria”.

Em nenhum momento se produziu tanto conhecimento sobre a ditadura, felizmente, na maioria dos casos, conhecimento sério, embasado em fatos, em pesquisa, em reflexões coerentes. Em meio ao turbilhão negacionista e anticientífico, o trabalho dos onze entrevistados neste livro se mostra fundamental, pois produzir ciência nos dias atuais é, sim, um ato de resistência. Diante disso, nada melhor do que iniciarmos a série Território Científico com este tema tão atual e tão fundamental, afinal, a História, com agá maiúsculo, mais do que nos ajudar a registrar quem nós somos como povo, nos obriga a lembrar daquilo que preferiríamos esquecer, mas que não podemos, se quisermos preservar nossa humanidade.

*Antonio Jerfson Lins de Freitas*

*Marco Antonio Machado*

**Coordenadores da Série Território Científico**

ISBN 978-658742990-8



9 786587 429908